



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**RIO DE JANEIRO, RJ, 19 DE NOVEMBRO DE 2001**

*Senhor Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; meu companheiro Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal; Senador Mário Lozada, que preside o Senado da Argentina; Deputado Geraldo Magela, que preside esta nossa reunião; Senhores companheiros de mesa e, se me permitem citar, quero fazer uma homenagem ao Senhor Leon De Cárpio, que foi Presidente da Guatemala,*

Este encontro demonstra a vitalidade do processo de integração do continente americano.

Integração, em nossos dias, já não pode ser pensada como um esforço circunscrito ao âmbito comercial, como se integrar fosse sinônimo de reduzir tarifas ou eliminar barreiras ao intercâmbio de mercadorias.

Ninguém ignora a centralidade do comércio nas relações econômicas entre os países. Mas um processo de aproximação e de efetiva integração, como o que ocorre entre os países deste hemisfério, envolve dimensão política que não se pode perder de vista. Aliás, todos

os oradores que me antecederam fizeram menção a esse aspecto da integração.

Não é por outra razão que, desde a primeira Cúpula das Américas, em Miami – a que eu compareci como Presidente eleito –, tem-se dado ênfase à democracia como elemento inseparável da construção de um continente americano unido na liberdade e na prosperidade.

Sem democracia em cada um de nossos países a integração é impensável. E quem melhor exprime os valores e os ideais da democracia senão os Parlamentos?

Por isso, é com grande orgulho que o Brasil recebe, nesta oportunidade, a Conferência Parlamentar das Américas – e com particular satisfação por vê-la presidida por um parlamentar brasileiro, o Deputado Geraldo Magela.

O Deputado Geraldo Magela pertence a um partido que é dos mais críticos do Governo. E essa crítica é parte da democracia e dá significado especial ao fato de estarmos aqui juntos, porque temos a consciência do interesse maior do Brasil e de nossa região, que está acima dos partidos ou das divergências que possamos ter neste ou naquele ponto.

Fui Senador e, em minha atuação no Congresso, procurei sempre estar atento para a relevância dos temas internacionais.

Atuei assim porque sabia – como sabem todos os participantes desta Conferência – que, em nossos dias, a vida de um país não pode ser pensada no isolamento.

Muitos dos processos que nos afetam têm hoje dimensão internacional.

Basta ver – e todos também se referiram a isso – o que ocorreu no dia 11 de setembro nos Estados Unidos, atacados por uma organização terrorista que opera em nível internacional, com agentes de diversas nacionalidades, localizados em diversos países e valendo-se das facilidades de transporte, de comunicação e de fluxo de recursos financeiros que passam através da fronteiras nacionais.

As economias dos países são hoje sistemas interligados, vinculados por laços de interdependência. Nenhum país pode ignorar os demais e nenhum pode desconhecer que sua inserção neste ou naquele bloco

comercial tem consequências de peso para seus projetos de desenvolvimento.

Nas últimas semanas, fiz vários discursos ligados a temas internacionais. Falei, no Dia do Diplomata, no Itamaraty; em Brasília, na abertura de um seminário na Ordem dos Advogados do Brasil; em uma conferência sobre democracia em Madri, patrocinada pela Fundação Gorbatchov; na Assembléia Nacional da França; e, mais recentemente, no Plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas. Escrevi também cartas a vários líderes mundiais.

Em todas essas manifestações, tenho enfatizado minha preocupação pela necessidade de uma cooperação mais eficaz entre os países a fim de que possamos dar um rumo de justiça e solidariedade ao processo de globalização.

Todos aqui têm consciência de que esse rumo é essencial.

A economia globalizou-se, mas os mecanismos políticos necessários para responder aos seus desafios continuam tímidos e insuficientes.

Uma tecla de computador permite mover centenas de milhões de dólares de um extremo a outro do planeta em questão de segundos. E, no entanto, mais de um quinto da população mundial continua a viver com menos de um dólar por dia, e mais da metade, com menos de dois dólares por dia.

A instabilidade do sistema financeiro internacional continua a pesar sobre as economias como uma espada de Dâmocles.

O Brasil, que estabilizou sua moeda, que tem recebido expressivos volumes de investimento estrangeiro direto e cuja economia dispõe de todas as condições para seguir uma rota de crescimento sustentado, enfrentou nos últimos anos várias crises.

Se me permitem acrescentar, eu diria que, na verdade, recebemos, só no ano passado, 33 bilhões de dólares. Isso quer dizer que só a China recebeu mais investimento direto do que o Brasil. E isso não foi suficiente para evitar que a crise argentina, as nossas próprias dificuldades e a crise mundial abalassem a economia brasileira. Desde que assumi a Presidência da República, em janeiro de 95, nós sofremos as consequências – e não fomos os únicos – diretas da crise do

México, de dezembro de 94; da crise da Ásia, na metade de 97; da crise da Rússia, de 98; da crise do próprio Brasil, de 99; da crise da Argentina e, agora, da crise mundial, da crise dos Estados Unidos.

São essas as condições em que nossas economias operam. E operam assim porque não há outro modo, porque estamos inseridos, como todos os países estão, em um sistema que se globalizou, mas – repito – cujos mecanismos de decisão política estão muito aquém dos mecanismos já existentes, já em marcha, de formulação econômica. Não há sequer o Banco Central dos Estados Unidos, com força suficiente, muitas vezes, para contrabalançar o peso do deslocamento de fluxo de capital. Que dizer então dos Bancos Centrais dos nossos países que, freqüentemente, se vêm às voltas com contágios, não se sabe do que, com especulações, não se sabe por quê; e com as apreciações de agências de avaliação do desempenho dos nossos países que, de repente, nos dão nota, como se fôssemos alunos de escola. E essas notas têm efeitos desastrosos para a nossas populações e para o esforço de crescimento auto-sustentado.

E há outro problema: o protecionismo dos países mais ricos continua a ser gravíssimo para o processo de desenvolvimento.

Há poucos dias, os ministros reunidos em Doha, no Qatar, alcançaram acordo que define os termos de referência para novo esforço de negociações comerciais multilaterais.

Quero aproveitar esta oportunidade para saudar o que aconteceu lá, qualquer que seja o processo de integração. E o Brasil vive ativamente a integração no Mercosul, com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai, associado ainda à Bolívia e ao Chile. Estamos discutindo – e é objeto desta reunião aqui – a integração com a Alca. Estamos levando adiante processo negociador com a Europa, com a União Européia. Mas todos esses processos, na verdade, impõem limitações no âmbito das negociações que só podem ser superadas no plano multilateral. Só por meio das rodadas comerciais de negociação mais amplas é que teremos força e condição para puxar para as negociações regionais os temas do nosso interesse. Assim, o que aconteceu em Doha – onde foi possível avançar a passos bastante

fortes na negociação de temas que eram, até bem pouco tempo, impossíveis de ser sequer mencionados – constitui marco histórico. É marco histórico o fato de a reunião de Doha ter acabado por aceitar aquilo que o Brasil já havia conquistado, com apoio de outros países, no que diz respeito às patentes, ao direito de dizer que a vida vale mais do que o mercado. Em certas condições, os governos têm, sim, a necessidade da autorização internacional – o Brasil já a tem por nossa própria conta, aqui – para, compulsoriamente, produzir medicamentos quando esses medicamentos são para salvar vidas. E o fato de nós respeitarmos, como respeitamos, as patentes não faz com que aceitemos patentes como elemento para impedir o acesso ao remédio mais barato.

Pois bem, esse tema foi objeto de conversação minha com o Presidente Bush recentemente, foi objeto de avanços na Organização Mundial do Comércio, em Genebra e em Doha – através da formulação que os nossos diplomatas, à frente dos quais o Ministro Celso Lafer, foram capazes de levar adiante –, e acaba de ser consagrado como alguma coisa que é direitos dos pobres, sobretudo as regiões mais pobres que necessitam de acesso a remédios.

Mas não foi só na questão de patentes que houve avanço significativo em Doha. Também lá, pela primeira vez, vimos que os países, sobretudo os europeus – e aí tivemos o apoio dos Estados Unidos –, foram capazes de dizer que é necessário uma negociação sobre o comércio agrícola, pois este é o principal elemento de resistência ao acesso livre de mercado, sobretudo para os países menos desenvolvidos, que dependem vitalmente do acesso ao mercado para seus produtos agrícolas. Essa matéria, que tinha sido eliminada das negociações multilaterais na última rodada de negociações, chamada Rodada Uruguai, agora foi admitida como tema possível de ser debatido – e será debatido nos próximos anos.

Acrescento a isso que, pela primeira vez, houve possibilidade de discutir-se tema central para os nossos países, quando saímos simplesmente da retórica e passamos às questões práticas, como o tema do *antidumping*, ou seja, a capacidade que alguns governos têm de,

unilateralmente, definir que uma mercadoria não pode mais entrar em seus mercados porque ela está constituindo um *dumping*, isto é, estão sendo vendidas a preços mais baratos ou com manipulações políticas, e com isso limitando a possibilidade de que os produtores locais possam fazer a competição. Isso, geralmente, quem faz são os países desenvolvidos, que utilizam o *antidumping* todas as vezes que um país em desenvolvimento é capaz de ser competitivo, como é, notadamente, o caso do Brasil. Mas não é o único. Muitos outros países também têm condições de assim proceder. E, a cada instante, vimos os nossos produtos terem o seu acesso aos mercados barrados por decisões unilaterais de *antidumping*.

Pois bem. Na reunião de Doha, conseguimos avançar, fortemente, nessa matéria, e isso foi considerado como questão em aberto para ser discutida nos próximos anos.

O Brasil se orgulha, portanto, de ter contribuído para o lançamento dessa nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio. Devo, portanto, prestar um tributo à delegação não só do Brasil, mas dos países em desenvolvimento, notadamente da Índia, que lá esteve muito ativa também. Mas, sobretudo, devo dizer que desta vez, graças – quem sabe! – ao que aconteceu no mês de setembro, houve maior sensibilidade. Os Estados Unidos permitiram uma negociação mais ampla, e a União Européia aceitou, finalmente, a discussão dos temas da agricultura, o que mostra, outra vez, a força da dimensão política e a nossa capacidade – nós, países em desenvolvimento – de colocarmos, sem titubeios, sem complexo de inferioridade, com força, os nossos temas sobre a mesa de negociação. É assim que se pode avançar. Foi assim que nós avançamos, e avançamos muito, como acabei de mencionar aqui.

Essa questão é fundamental. É fundamental não apenas pelo aspecto de que nós temos mais acesso a mercados e podemos ter saldos comerciais mais elevados, mas porque isso permite o desenvolvimento nos nossos países de um setor produtivo mais amplo. Isso gera empregos e é mecanismo para evitar a perpetuação das desigualdades. Não há outro caminho para diminuir as desigualdades senão

aumentar o crescimento dos países que são os mais pobres, os países que estão em desenvolvimento e permitir a distribuição de renda nesses países.

Será essencial, portanto, prosseguir com êxito nesse caminho para que o comércio internacional possa ser, efetivamente, uma alavanca de crescimento e de geração de empregos. É preciso lembrar que o objetivo de dar sentido à ampliação do comércio e dos fluxos financeiros internacionais não é apenas de aumentar a riqueza, mas também de eliminar a pobreza, como aqui foi tantas vezes repetido. Sem a consciência desse duplo objetivo não haverá justiça e não haverá desenvolvimento. A colocação de um problema separado do outro não tem solução possível, é uma equação que não se resolve. Não há possibilidade de pensar-se em desenvolvimento com pobreza, e não há possibilidade de pensar-se só na pobreza sem desenvolvimento. É necessário que haja crescimento econômico e, ao mesmo tempo, uma estratégia de combate à miséria e à pobreza.

Este mesmo princípio vale para as nossas discussões sobre a Alca. Nelas está em jogo não o comércio pelo comércio. O principal desafio é o de fazer que o comércio seja instrumento de desenvolvimento e de melhor distribuição de oportunidades. É isso o que dá interesse às negociações da Alca e ao trabalho conjunto que se vem realizando para torná-la uma realidade.

Na verdade, a Alca não vai começar no ano de 2005. A Alca já está em andamento. Se os povos não tiverem consciência disso, se os Parlamentos não tiverem consciência disso, se a sociedade não tiver consciência disso, por mais que nós façamos nossos protestos e nossos discursos, eles serão inúteis, porque as negociações estão em andamento. E estão em andamento porque para que em 2005 nós possamos ter uma negociação vantajosa na Alca é preciso que antes os vários grupos interessados – e grupos interessados não são os governos apenas, são os empresários, os trabalhadores, os consumidores, enfim, é todo o país – possam pensar, com informações, sobre o que acontece efetivamente em cada setor em desenvolvimento, cujas negociações estão sendo realizadas.

As nossas economias são muito diferenciadas umas das outras; internamente, num país como o Brasil, das proporções do Brasil, também. Há setores que têm vantagem na negociação e podem avançar muito com acesso a mercados. Há setores que não têm a mesma vantagem e podem, até mesmo, perder nas negociações. Cabe, portanto, abrir os olhos, saber o que se perde e o que se ganha. Não existe negociação em que só um lado ganha. Não existe negociação boa, evidentemente, que seja imposição, que seja dominação, sem que haja uma espécie de processo de – perdoem a expressão vulgar – dá cá, toma lá. O que eu ganho se eu te abrir tal ou qual espaço? O que perco? O que você perde? Como é possível diminuir as perdas e aumentar os ganhos recíprocos? Como é possível tentar chegar-se a um entendimento em que haja ganhadores ou mais ganhadores do que perdedores? Sendo inevitável que haja perdedores, o que fazer com os setores de produção que efetivamente perdem? Como conduzi-los a um caminho de prosperidade?

Nós assistimos a isso aqui no Mercosul, que é um processo, eu diria, vitorioso do ponto de vista comercial – passamos de 2, 3 bilhões de dólares de comércio para 20 bilhões de dólares em poucos anos. Alguns setores perderam. Muitos outros ganharam. Nós não podemos paralisar os ganhos em função dos que perdem. Mas nós não podemos justificar os ganhos sem que tenhamos também uma política para saber: e os que perdem, que acontece com eles? E, às vezes, não são setores que perdem, são países que perdem. Que fazer com eles? Deixá-los à margem do processo, como se a globalização ou a integração significasse o empobrecimento e a exclusão? Não é aceitável eticamente. Há que buscar mecanismos, há que inspirar-se também no que aconteceu na União Européia. A União Européia soube lidar com essas questões.

A dificuldade que nós temos aqui no processo da Alca é que ricos são dois, e pobres são todos os demais. Na União Européia, pobres eram dois, e ricos eram todos os demais. Sabemos dessa diferença. Não queremos, naturalmente, que o crescimento se faça à custa apenas daqueles que se desenvolveram mais depressa e no passado. Mas

algum tipo de cooperação efetiva dos mais ricos tem que haver para que os mais pobres se sintam cômodos nessa integração. E o Brasil, que é um país intermediário, há de pagar um certo preço também nesse processo, que é um preço de solidariedade, que é justo cobrarse nos casos em que o país tivesse efetiva vantagem.

Falei há pouco de “cooperação mais eficaz” entre os países. É preciso que nos perguntemos: que faz que a cooperação seja eficaz? Que faz que os países, em um determinado momento, estejam dispostos a trabalhar juntos? E a resposta é uma só: as nações se aproximam e trabalham conjuntamente quando percebem a existência de objetivos comuns, de interesses compartilhados. Isso é o que dá legitimidade à cooperação internacional. E a legitimidade, no plano internacional, é a chave para a eficácia, já o disse tão bem aqui o Senador Ramez Tebet.

Entre nações livres não há imposição, não pode haver lugar para decisões unilaterais. O instrumento tem que ser sempre o mesmo: o diálogo, a busca incansável do entendimento.

Na minha experiência, quem melhor sabe dialogar para trabalhar para o entendimento são os parlamentares.

O diálogo é a matéria-prima da vida parlamentar. Parlamentar vem de *parlare* – falar. Hoje, não sei mais nem falar. Mas quando era Senador, sabia. Os parlamentares são especialistas em falar, sabem falar. E o falar pesa. O falar não é perda de tempo, o falar não é simplesmente a retórica vazia. O falar é a constituição progressiva de uma consciência sobre um problema. E a repetição da fala, muitas vezes tediosa, permite que o tempo elabore os argumentos, permite que as situações se tornem mais claras, permite que possibilidades de entendimentos surjam, permite que a liderança política, se for autêntica e se não for apressada, se não for oportunista, se não for demagógica, perceba o momento em que é possível ir adiante no diálogo e transformar o diálogo numa resolução.

É, portanto, essencial que guardemos essa idéia de que a matéria-prima do parlamentar é o diálogo, que é fundamental no processo de integração das Américas, e a interação diplomática – entre governos – seja complementada por essa dimensão do diálogo interparlamentar.

Cria-se, assim, um espaço de discussão pública, de difusão da informação, de circulação das idéias. Isso é indispensável.

As propostas como as que estão sendo discutidas no contexto da criação da Alca não podem ser adotadas sem uma ampla discussão em cada país, entre os países – e reitero –, por todos os setores interessados.

No Brasil, os temas internacionais – e em particular os que se relacionam à integração das Américas – têm sido objeto de intenso debate no Congresso Nacional. Recentemente, a Câmara patrocinou reunião sobre essa matéria. E não poderia diferente.

Vamos avançar nesse processo, mas só o faremos com a segurança de ele estar – esse processo de integração da Alca – marcado pela transparência e pela abertura.

A participação dos Parlamentos é a melhor garantia disso, garantia de legitimidade e, por isso mesmo, garantia de eficácia.

Este é um continente com vocação de liberdade e de progresso. Somos, realmente, em mais de um sentido, um “Novo Mundo”.

Os ataques terroristas de 11 de setembro mostraram que os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos – e aqui quantos de nós lutamos tanto para consolidar a democracia e os direitos humanos – estarão ameaçados se não estivermos unidos para responder aos desafios de nosso tempo. Muitas vezes, quando se fala que é necessário o valor da democracia, tem-se a impressão de que é uma palavra. Países como os nossos – e muitos dos aqui estão representados –, que passaram pelos regimes autoritários, e às vezes por ditaduras, sabem que não são palavras, sabem que é preciso reiterar sempre esse valor. Sabem, também, que quando não há democracia não apenas a desigualdade pode se acelerar, como ela se acelera sem o protesto, ela se acelera na ilusão. Muitas vezes, aqueles que são dominados pensam que estão melhorando. Na democracia, pode até ocorrer o oposto: a situação estar melhorando e as pessoas pensarem que não. Mas o clima de liberdade é essencial para que as pessoas possam melhorar ainda quando elas não têm consciência de que estão melhorando.

Democracia para nós, portanto, não é uma palavra, é uma fé, é um modo de viver, é uma luta permanente. E os nossos povos têm